

# Servidores pressionam, mas STF diz não haver acordo com Dilma

Os servidores voltaram a pressionar o Supremo Tribunal Federal, na quarta-feira (3), para que assegure recursos para o projeto salarial do Judiciário Federal (PL 7920/2014). Mas o presidente do órgão, ministro Ricardo Lewandowski, não demonstrou confiança na aprovação da proposta neste ano e voltou a sinalizar que apenas o reajuste do subsídio dos juízes pode ser aprovado.

O chefe do Supremo disse que conversou pessoalmente com a presidente Dilma Rousseff (PT) sobre o tema, mas não se chegou a um acordo. Segundo ele, o governo é contra o projeto dos servidores e quer tratar a questão salarial em conjunto com os demais setores do funcionalismo.

## Ajuste fiscal

Atuando em duas frentes dentro do STF, representantes dos sindicatos e da federação nacional (Fenajufe) conversaram, separadamente, com o ministro Lewandowski e com Amarildo Vieira, diretor-geral do tribunal. Ambos disseram que agora trabalham com prioridade para conseguir alocar parte dos recursos necessários ao projeto no orçamento do ano que vem.

“Dissemos que é preciso garantir a aprovação do projeto neste ano e que no ano que vem o cenário é de crise e de ajuste fiscal”, relata Antonio Melquíades, o Melqui, dirigente do sindicato de São

Paulo (Sintrajud) e um dos que participaram das conversas.

Os servidores também afirmaram ser inadmissível para a categoria que o projeto dos juízes avance e o dos servidores fique engavetado. A indignação com isso será exposta pelos servidores no dia 10 próximo, quando haverá ato nacional em Brasília e a categoria deverá “vestir” roxo nos estados – o protesto foi definido na reunião ampliada da Fenajufe, realizada no último domingo de novembro.

Os representantes do STF revelaram ver poucas chances de aprovação do projeto nessa legislatura. Por outro lado, não fazem a mesma leitura para o reajuste dos magistrados.

Segundo eles, o projeto dos juízes corre à revelia do Supremo, porque é de interesse dos parlamentares, embora a proposta seja assinada por Lewandowski e tenha sido enviada ao Congresso na mesma época que a dos servidores.

O presidente do STF já disse reiteradas vezes que defende ambos os projetos da mesma forma – aos servidores, chegou a afirmar que preferia não ver projeto algum virar lei a ver apenas o dos juízes. No entanto, não fez até o momento qualquer manifestação pública para expressar seu descontentamento com esse risco – apenas pede paciência aos servidores e age como se nada tivesse a ver com o projeto que leva a sua assinatura. *(Fonte: Sintrajud)*

# OJs fazem Ato dia 11 por melhores condições de trabalho

O dia 11 de dezembro (quinta-feira) será um marco na luta dos Oficiais de Justiça por segurança e melhores condições de trabalho. Os OJs fazem Ato ao meio-dia, na frente do TRT (rua Esteves Júnior), em apoio à mobilização nacional marcada para essa data. O SINTRA-JUSC convidou também os OJs da Justiça Estadual.

Os protestos estão ocorrendo em todo o país depois da morte do oficial de justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, de 25 anos, assassinado com dois tiros no dia 11

de setembro, quando fazia intimação em uma ação trabalhista na região de Barra do Piraí, Rio de Janeiro.

Além da falta de segurança para fazer seu trabalho, os OJs, em reunião com o Sindicato, apontaram a falta de cursos para os novos servidores e a não reposição de vagas em função de aposentadorias.

Outro problema é a falta de indenização de transporte. Os OJs são obrigados cada vez mais a utilizar veículo próprio para conseguir dar conta do trabalho, aumentado

pelo PJe e pela lotação padrão. Trabalham quase todos os dias, sábados, domingos e feriados. Embora muitas vezes cheguem a laborar mais de 25 dias no mês, a indenização de transporte só ocorre no máximo em 20 dias. Os demais dias são de prejuízo ao servidor. Ou seja, o TRT se apropria de bem do servidor e não faz o ressarcimento adequado. E a tendência é piorar com a redução de OJs em Florianópolis e em outras centrais. O Sindicato convida todos os servidores a participar do Ato e apoiar os colegas.

## Pleno do TRT começa a corrigir injustiça histórica

Na sessão de segunda-feira, 01/12, o Pleno do TRT começou a corrigir uma injustiça que há anos se perpetua contra quatro servidores concursados. Devido a sucessivos equívocos de enquadramento que perduram há quase duas décadas (desde o PCS de 1996), esses quatro colegas ainda são enquadrados no extinto nível auxiliar cujos demais ocupantes foram todos enquadrados como Técnicos Judiciários.

A relatora do recurso administrativo, Desembargadora Maria de Lourdes Leiria, reconheceu a injustiça e, num brilhante voto, defendeu a aplicação do princípio da igualdade para consertar a situação totalmente anômala em que todos os demais servidores do mesmo tribunal, que fizeram o mesmo concurso, para os mesmos cargos, com as mesmas atribuições foram enquadrados no nível técnico enquanto apenas os recorrentes sofrem por anos o prejuízo decor-

rente de equívoco. A Desembargadora Leiria ressaltou que duas leis sobrevieram para corrigir situações de equívoco legislativo no sentido de garantir direitos iguais aos poucos que haviam sido deixados de fora por erros de redação anteriores. Flagrante portanto que a intenção do legislador ao corrigir os sucessivos erros geradores de injustiças não era, em momento algum a de criar novas injustiças. Ela defendeu o imediato enquadramento dos quatro remanescentes na mesma situação de todos os demais como medida de Justiça.

Em seguida o Presidente do TRT abriu divergência citando súmula do STF segundo a qual os órgãos do Judiciário não podem conceder “aumento salarial” a título de isonomia. Aberta a votação a Desembargadora Viviane Colucci pediu vistas para estudar melhor o caso. Mesmo assim, a Desembargadora Águeda Lavorato Perei-

ra optou por adiantar sua posição inicialmente elogiando o voto da relatora e esclarecendo que não é aplicável a súmula citada pelo Presidente por não tratar-se de debate sobre isonomia nem de aumento salarial, e sim de aplicação de outro princípio, o da igualdade conforme defendido no voto relator. Para ela, que afirmou conhecer as minúcias do caso através da leitura atenta do voto relator, o deferimento da pretensão dos recorrentes de modo algum afronta a súmula do STF.

Antes de suspender o julgamento em razão do pedido de vistas, o Desembargador Jorge Volpato, também antecipou seu voto, seguindo a relatora. Com o resultado parcial de 3 x 1 em favor da correção da anomalia funcional os quatro servidores vítimas da inusitada situação saíram da sessão com a expectativa de um bom debate e de um resultado final positivo.